

Editorial

Uma luz no fim do túnel! (Será?..)

Luciano Zanetti Pessôa Candiotto

Desde a publicação do primeiro Número de **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, em junho de 2019, tem sido muito difícil ter boas notícias para discutir nos nossos Editoriais. A conjuntura ambiental e política dos últimos anos, em nível global e nacional, tem feito com que predominem situações preocupantes e desanimadoras. Nesse sentido, a maior parte do conteúdo dos Editoriais que escrevemos foi marcada por notícias ruins. Porém, como não temos nos furtado a tocar em questões que julgamos relevantes, eles têm buscado deixar transparecer, com a maior honestidade possível, a conjuntura vivida (e sofrida).

Além da pandemia do COVID-19 e de todas as suas consequências (sociais, econômicas, políticas, ambientais e psicológicas), conhecidas e, ainda, desconhecidas, vivenciamos um período de turbulência na geopolítica global, permeado por uma guerra que já está chegando há um ano de duração, e que não tem previsão de término. Por outro lado, apesar dos diversos problemas causados pela emissão de gases de efeito estufa, pelo aquecimento do planeta e por suas consequências na forma de desastres em várias partes do mundo, especialmente graves nas áreas mais densamente povoadas e mais pobres, os acordos internacionais têm se mantido extremamente tímidos, sobretudo se considerarmos as decisões tomadas nas Conferências da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP). A COP-27, finalizada há cerca de um mês, reforça esse argumento. Muitos discursos e... poucas ações! Enquanto isso, seguimos caminhando

para um colapso ambiental (em sentido amplo: social e ecológico) sem precedentes na história da humanidade.

No entanto, as causas da chamada crise ambiental não são recentes. Desde a década de 1960, autores como Murray Bookchin e Rachel Carson já vêm publicando alertas sobre o amplo processo de degradação ambiental, decorrente da exploração desenfreada dos ecossistemas e de seus recursos naturais, que continua até hoje. Dentro da Geografia, o problema também tem sido constantemente evidenciado desde muito tempo, sobretudo desde meados do século XX, através de contribuições de geógrafos como Aziz Ab' Saber e Orlando Valverde, cujas preocupações foram, de algum modo, um pouco antecipadas pelos enfoques de Élisée Reclus e Piotr Kropotkin.

Acreditando que a Geografia tem um importante papel na explanação e no debate sobre as diversas nuances que permeiam a problemática ambiental, e que não podemos ser omissos com relação às causas e consequências dessa crise ambiental, continuamos buscando construir, através de **AMBIENTES**, um fórum que permita dar voz aos geógrafos.

No que diz respeito ao Brasil, os problemas ambientais continuam se intensificando. Porém, o fato de o atual Presidente da República não ter conseguido se reeleger pode indicar que existe uma “luz no fim do túnel”. Este segundo semestre de 2022 foi marcado, sobretudo, pela disputa eleitoral e por seus desdobramentos. Foi por pouco que a máquina do Estado, comandada por Bolsonaro e seus aliados ligados ao Poder Público federal, estadual e municipal, e amplamente financiada com verbas públicas (e privadas), não teve êxito em virar uma eleição e em permitir que o pior Presidente da história do Brasil se mantivesse no poder por mais quatro anos. Apesar do registro de aumento nos casos de assédio moral por parte de patrões a empregados, os dados oficiais do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) são apenas a “ponta do iceberg”. A pressão aos trabalhadores brasileiros foi muito forte, infelizmente.

Certamente, a reeleição de Bolsonaro seria desastrosa, não somente para se frear a ofensiva predatória sobre nosso patrimônio ecológico, mas, também para a redução de

diversos tipos de injustiças e para a manutenção de direitos sociais – conquistados, historicamente, com muita luta.

A intolerância e o inconformismo de uma parte dos apoiadores de Bolsonaro instauraram um clima de questionamento de instituições e da superficial democracia que temos no Brasil. Mas, mesmo sendo superficial, essa democracia é melhor que uma ditadura ultraliberal e fascista, obviamente. O aparelhamento de algumas instituições demonstrou como nossa democracia é frágil. Mesmo com a saída de Bolsonaro e com a posse de Lula, a tendência para os próximos anos será de tensionamento e de grandes dificuldades para se recuperar muito do que foi perdido. Existem coisas que são irrecuperáveis (vidas, recursos não renováveis, biodiversidade ecológica e genética), mas a luta pelo que pode ser recuperado deve ser árdua e constante. E esta luta precisa ser travada no plano institucional, mas, principalmente, de forma direta, pela sociedade civil, pelos movimentos sociais.

Por fim, cabe comentar, brevemente, alguns fatos deste segundo semestre de 2022, na esfera ambiental. Enquanto o país esteve imerso na disputa eleitoral, a “boiada” continuou passando de forma marcante. Apesar de algumas pautas legislativas extremamente antiambientais não terem avançado no Congresso Nacional ou no Senado Federal (pacote do veneno, da grilagem, da mineração, das terras indígenas, do licenciamento ambiental, entre outros), a rapina ambiental e os crimes decorrentes dela permanecem, assim como a impunidade aos criminosos. A escalada armamentista de uma pequena, mas agressiva parte da população brasileira, tem permitido que a violência física e os homicídios contra pessoas provenientes de grupos vulneráveis, como indígenas, pobres e trabalhadores, também se mantenham, significativamente, impunes.

Um dos maiores problemas causados pelo Governo Bolsonaro no que tange à sua política e atuação ambiental esteve relacionado ao desmatamento de florestas, com destaque para a Amazônia Legal. Logicamente, o desmatamento é seguido por algum tipo de ocupação, com atividades como mineração, pecuária e agricultura. Tal ocupação gera outros problemas, que atingem o ambiente e, conseqüentemente, a sociedade.

Segundo dados do SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento) para a Amazônia Legal, do IMAZON (Instituto do homem e meio ambiente da Amazônia), entre janeiro e setembro de 2022, a área de floresta amazônica derrubada atingiu 9.069 km², pior marca desde o início do monitoramento do SAD, em 2008.¹ Considerando que de 2008 a 2017, a média anual de desmatamento acumulado no período se manteve abaixo dos 3.500 km², e que entre 2018 e 2022 esta média passou para 6.762 km², fica perceptível como o atual governo federal foi permissivo com relação aos desmatadores. Reduzir essas taxas não será tarefa fácil, ainda mais em virtude do fortalecimento de milícias na Amazônia. Porém, trata-se de um dos grandes desafios do próximo governo, em termos de gestão ambiental.

Na verdade, os desafios para os próximos quatro anos são inúmeros, e os embates serão árduos e intensos, no plano político federal (Câmara e Senado), estadual e municipal, nas instituições públicas e, principalmente, no seio da sociedade, no âmbito de suas instituições e dos mais diversos grupos sociais (classes, organizações, sindicatos e grupos formados por identidades políticas, ideológicas, culturais e religiosas).



O presente número de **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política** traz um Dossiê, com seis artigos, sobre a Amazônia. Na esteira da realização do II SIMGAT (Simpósio Nacional Geografia, Ambiente e Território²), em novembro de 2022, na cidade de Belém/PA, procuramos valorizar esse bioma, tão importante para o Brasil e para o mundo. Na **Apresentação do Dossiê Amazônia**, os organizadores, **Fabiano de Oliveira Bringel, Márcia Aparecida da Silva Pimentel e Rafael Zilio Fernandes**, que também foram

¹ Disponível em: <<https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-acumulado-ate-setembro-passa-dos-9-mil-km%C2%B2-em-2022-pior-marca-em-15-anos/>>. Acesso em 05/12/2022.

² Os SIMGATs são eventos promovidos pela *Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental*, que criou e mantém **AMBIENTES**.

fundamentais na organização e realização do II SIMGAT, comentarão os artigos que compõem o referido dossiê.

Além do dossiê, este número de **AMBIENTES** apresenta dois artigos e uma entrevista. O artigo “*Avaliação diagnóstica da presença de resíduos de agrotóxicos em amostras de urina de moradores de uma ‘vila rural’ do município de Francisco Beltrão/PR*” é oriundo de um projeto de extensão, coordenado pelo geógrafo **Luciano Z. P. Candiotto** e pela biomédica e pesquisadora do câncer de mama, **Carolina Panis**. Através de uma parceria estabelecida com o MPT/PR (Ministério Público do Trabalho do estado do Paraná), o projeto identificou e analisou como a utilização de agrotóxicos em lavouras vizinhas à “vila rural” tem sido uma evidência de contaminação humana por agrotóxicos, especificamente o glifosato+AMPA e o 2,4D. O artigo tem como coautoras **Shaiane Carla Gaboardi, Mariane Okamoto Ferreira, Gêssica Tuani Teixeira, Janaína Carla da Silva, Isadora Nunes Ferreira e Emanueli Hammes Tedesco**.

Patrícia Fernanda Derlan e Juliano Andres estabelecem uma discussão sobre a evolução da ocupação de uma Terra Indígena (TI) no Paraná, a partir da interpretação de imagens de satélite e da elaboração de mapas de uso da terra, com foco no desmatamento de florestas e em processos de recomposição de florestal de determinadas áreas, após a interrupção de atividades agropecuárias e de extrativismo vegetal. O artigo “*Uso da terra e cobertura florestal na Terra Indígena Mangueirinha/PR: Uma análise do período de 1975 a 2019*” é um exemplo de como os levantamentos geoespaciais, com base em ferramentas do geoprocessamento, são fundamentais para se qualificar as análises ambientais e para contribuir na construção da perspectiva da Geografia Ambiental.

Na entrevista realizada com o ativista ambiental britânico **Chris Lang**, responsável pelo site *REDD-Monitor*, **Fábio Márcio Alkmin** traz à tona um debate extremamente atual e relevante, relacionado ao chamado mercado de carbono e à ideia de uma economia ecológica. Conforme pode ser observado na entrevista, o REDD (*Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation*, ou seja, Redução de Emissões Causadas por

Desmatamento e Degradação de Florestas), está fundamentado na mesma lógica mercantil e de acumulação que marca o modo de produção capitalista. Apesar de atender a interesses da corrente da modernização ecológica, onde há uma busca por internalizar determinadas “externalidades ambientais”, o próprio título da entrevista já deixa claro que “O REDD é uma forma de ‘colonialismo de carbono’”.